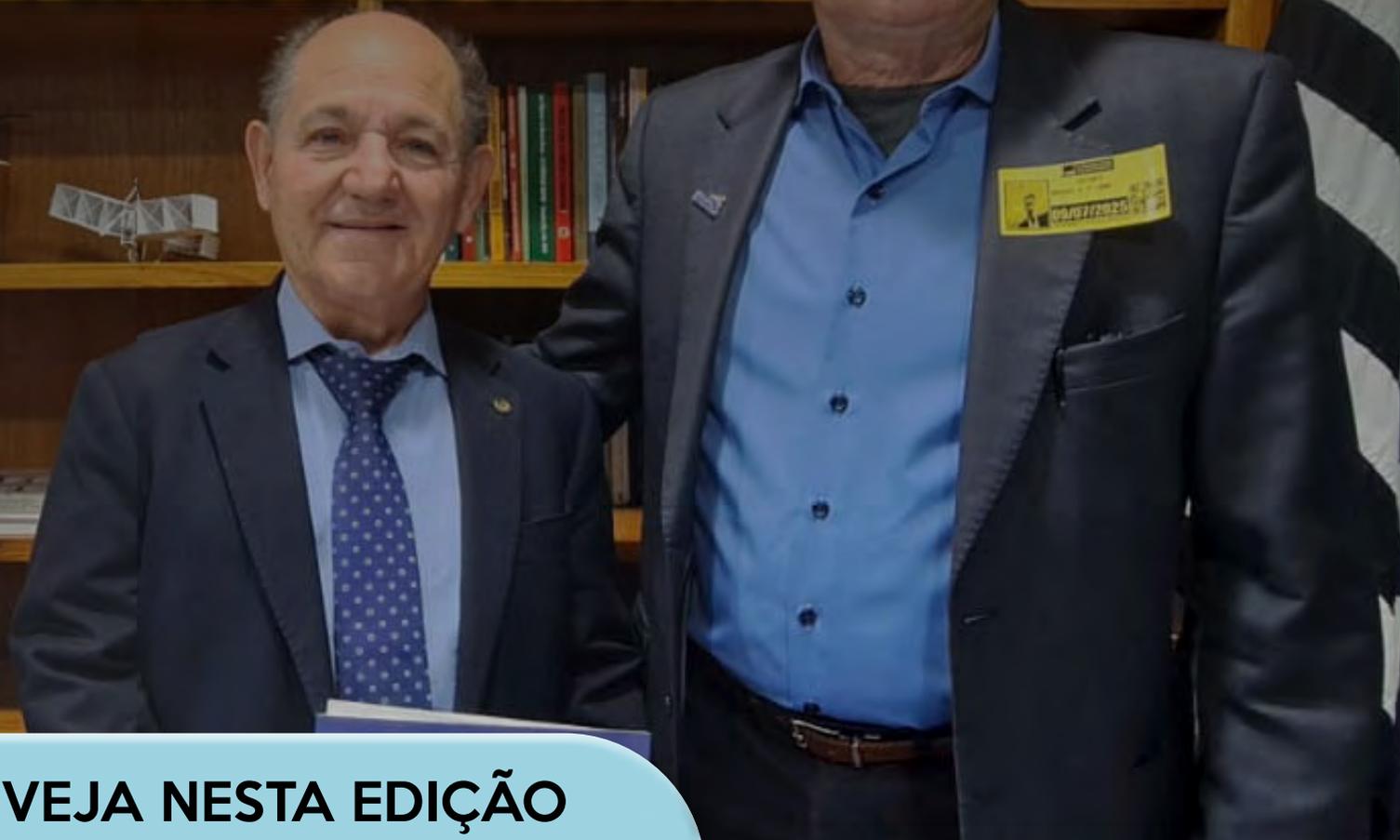
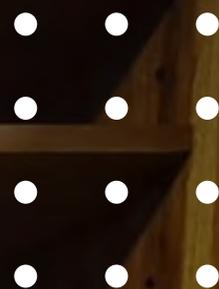


5 de agosto de 2025 | nº 118

Articulação política: Miguel Lima busca apoio de deputados para pautas da Pública e do Sindilex



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Última oportunidade: Acordo de Precatórios
- PEC 66: Vitória dos Servidores!
- Curso de Formação Sindical II: Aula Aberta Inaugural com o Professor Rudá Ricci

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

QUARTA

2 DE JULHO

(11h30) Reunião com Aposentados

O Sindilex realizou reunião com aposentados que contou com a presença do presidente Miguel Lima, do vice-presidente Daniel Santos, do secretário Marcos Alcyr e dos diretores José Mauro, Fernando Aruta e Maria Isabel. Na pauta, a reforma administrativa, a PEC 66, a PEC 6 e os benefícios.



QUINTA

3 DE JULHO

(10h) Reunião da Pública Central do Servidor

O presidente Miguel Lima e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública Central do Servidor para tratar da PEC 66/23, que está em discussão no Congresso Nacional.



Seminário sobre a Reforma Administrativa em Brasília

O presidente do Sindilex, Miguel Lima, participou do Seminário sobre Reforma Administrativa no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, promovido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.



Visita aos gabinetes dos Deputados

O presidente Miguel Lima realizou várias visitas aos gabinetes de deputados federais, a fim de apresentar as propostas da Pública e do Sindilex para a reforma administrativa e discutir a PEC 66.



Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa

O presidente Miguel Lima participou da Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa no Plenário 13, Anexo II da Câmara dos Deputados, que contou com a participação da ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck.



SEXTA

11 DE JULHO

Reunião da Pública

O presidente Miguel Lima e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública Central do Servidor para tratar da Reforma Administrativa, PEC 66/23 (reforma da previdência), PLP 21/23 (descongela), dentre outras pautas.



Audiência Pública sobre as PECs que ameaçam o servidor

O diretor de Esportes Eduardo Carrion e o diretor de Relações Intersindicais Antônio Carlos Fernandes participaram da Audiência Pública sobre a PEC 32 e a PEC 66, promovida pela deputada federal Luciene Cavalcante e que contou com a presença de autoridades, dentre elas o deputado Carlos Giannazi e o vereador Celso Giannazi. A audiência pública foi realizada na Câmara Municipal de São Paulo.



Reunião da Pública Central do Servidor

O diretor de Esportes Eduardo Carrion participou da reunião da Pública que foi marcada extraordinariamente na sexta-feira e que debateu a seguinte pauta resumida:

- PEC 66/23: Aprovada em 1º e 2º turno; Precatórios - Prefeitos vencem; Nova reforma da previdência - Vitória dos servidores;
- Reforma Administrativa: Centrais precisam entrar na luta;
- Frente Parlamentar Mista Contra a Desigualdade Social: Isenção para quem ganha até R\$ 5.000,00;
- Plebiscito Popular: Pelo fim da escala 6 x 1.

Reunião da Pública Central do Servidor

O secretário-geral Marcos Alcyrr e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública que debateu a seguinte pauta resumida:

- Reforma Administrativa: Ações da Pública;
- Aniversário de 10 anos da Pública;
- IV Congresso.

COMUNICADOS SINDILEX

Alerta de tentativas de golpe Fique atento!

INNOCENTI
ADVOGADOS

Identificamos a circulação de mensagens fraudulentas utilizando indevidamente o nome de profissionais da Innocenti Advogados, inclusive com o uso não autorizado de modelos de papel timbrado do escritório.

Os golpistas entram em contato com clientes ou terceiros se passando por nossos advogados, informando sobre supostas decisões judiciais e solicitando retorno ou pagamentos via PIX.

Reforçamos que:

- Não solicitamos transferências de valores via aplicativos de mensagens ou PIX;
- Todos os nossos contatos são feitos exclusivamente por canais oficiais;
- Em caso de dúvida, entre diretamente em contato conosco antes de tomar qualquer medida.

Dicas importantes:

- Desconfie de mensagens com tom de urgência ou pedidos de pagamento;
- Nunca realize transferências sem confirmação;
- Guarde os registros e denuncie caso suspeite de fraude.

A segurança das informações dos nossos clientes é prioridade.

Em caso de qualquer abordagem suspeita, nos avise imediatamente.

Innocenti Advogados



SOBRE OS PRECATÓRIOS

Adesão ao Edital n.º 01/2025 de Acordo Direto com Deságio – Precatórios do Município de São Paulo

Prezadas e prezados,

O Município de São Paulo publicou o **Edital de Convocação para Acordo nº 01/2025**, que permite ao credor de precatório negociar o recebimento antecipado do seu crédito, mediante **deságio escalonado entre 20 % e 40 %** (a depender do ano de inscrição) e com pagamento efetuado pelo Tribunal de Justiça logo após a homologação deste acordo.

O prazo para envio das propostas vai de **1º de junho a 31 de agosto de 2025** e abrange tanto titulares originários quanto herdeiros habilitados, cujos precatórios tenham ordem orçamentária até 2025.

Por que aproveitar esta oportunidade agora?

1. Liquidez imediata e segurança jurídica

O acordo converte um crédito de longo prazo em valor à vista (sujeito apenas aos trâmites internos do TJSP), reduzindo a incerteza sobre o momento do pagamento.

2. Economia com custas e honorários futuros

A transação quita integralmente o precatório e evita custos adicionais de execução ou impugnações, preservando o montante líquido para o credor.

3. Cenário legislativo desfavorável

A **PEC 66/2023** – já aprovada em 2º turno na Câmara (15/7) e em 1º turno no Senado (16/7) – fixa **novos tetos anuais para o pagamento de precatórios por estados e municípios**, variando de **1 % a 5 % da Receita Corrente Líquida** conforme o tamanho do estoque.

Isso representará verba anual muito menor do que a média histórica destinada hoje, prolongando significativamente a fila de pagamento. Aprovada em definitivo (votação final no Senado prevista para agosto), a emenda **dificultará acordos mais vantajosos no futuro e ampliará o prazo de liquidação dos precatórios não negociados**.

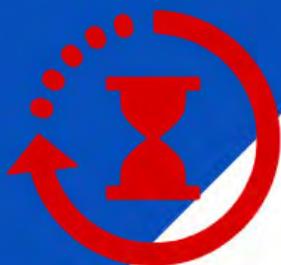
Recomendação do SINDILEX:

Diante desse contexto, **recomendamos fortemente** que cada credor de precatório avalie, com apoio da D.G.M. Acordos em ativos Judiciais, a viabilidade de aderir ao Edital 01/2025.

Não deixe para depois — o prazo de adesão encerra-se em 31/08/2025.

Entre em contato com o SINDILEX pelo e-mail sindilex@sindilex.org.br ou pelo telefone (11) 3104-1023 ou (11) 96607-9578 e agende sua consultoria individual.

ÚLTIMA OPORTUNIDADE ACORDO DE PRECATÓRIOS



**Antecipe seu pagamento com
segurança antes da PEC 66**

**Você que tem precatório, não deixe
passar esta oportunidade única!**

ATENDIMENTO PRESENCIAL

19/08/2025 (terça-feira)

Horário: **11h às 15h**

Local: **Sede do SINDILEX**

Endereço: Rua Japurá, nº 43, sobreloja

21/08/2025 (quinta-feira)

Horário: **11h às 15h**

Local: **Escritório da Astcom**

Endereço: Av. Prof. Ascendino Reis, 1130

Data final para adesão: 31/08/2025

ATENDIMENTO TELEFÔNICO

Contato: (11) 96690.5403

Responsável: Dra. Talita

Disponível para esclarecimentos

BENEFÍCIOS E SEGURANÇA

- Antecipação segura do seu precatório
- Acordo transparente e confiável
- Acompanhamento jurídico especializado
- Blindagem contra a PEC 66

E-mail: juridico@sindilex.org.br

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

A Escola Sindilex e a Pública Central do Servidor, com apoio da Astcom e Fenastc, convidam todos para uma aula aberta inaugural com o Professor Rudá Ricci sobre “O enfraquecimento dos sindicatos e a ascensão da extrema direita no Brasil e no mundo”. A aula faz parte do Curso de Formação Sindical II – Módulo 2 e será transmitida ao vivo no dia 12 de agosto, terça-feira, às 19h.



AULA ABERTA
INAUGURAL
12/08
TERÇA | 19H

CURSO DE
FORMAÇÃO SINDICAL II
MÓDULO 2

Um Brasil para os brasileiros

 youtube.com/tvsindilex



O Enfraquecimento dos Sindicatos e a Ascensão da Extrema Direita no Brasil e no Mundo

PROFESSOR / **Rudá Ricci**

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e graduado em Ciências Sociais (PUC-SP). Presidente do Instituto Cultiva, consultor sindical e ex-consultor da ONU. Autor de "Lulismo", "Nas Ruas" e outras obras, condecorado com a Medalha Grande Mérito Educacional de MG.

MEDIAÇÃO / **Marcos Alcyr**

COMENTÁRIOS / **Amauri Perusso**

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



Transmissão ao vivo:

 YouTube: [Assista aqui](#)

 Facebook: [Assista aqui](#)

SINDICALISMO PELO BRASIL



PEC 66: VITÓRIA DOS SERVIDORES!

A Pública Central do Servidor conquistou a retirada do Art. 40-A da PEC 66 que obrigava os municípios a adequarem seus regimes próprios de previdência às regras federais, sob pena de submissão automática às normas da União, o que afetaria ainda mais os direitos dos servidores.

O documento elaborado pela Pública, em que solicitava agenda com o relator da propositura, Deputado Baleia Rossi (MDB-SP), alertava para a iminente instabilidade jurídica para servidores e comprometeria a separação de poderes e a autonomia dos entes federados.

O deputado atendeu às reivindicações da Pública e das demais entidades que lutavam e retirou o Art. 40-A que mais prejudicava os servidores.

Outro ponto controverso é que a PEC 66 permite o parcelamento ou postergação indefinida do pagamento de precatórios pelos municípios, incluindo dívidas de natureza alimentar. No entendimento da Pública, isso irá violar as decisões judiciais já transitadas em julgado e comprometerá a dignidade de aposentados e pensionistas. Mas neste quesito, os prefeitos saíram vitoriosos, pois a PEC 66 foi aprovada em primeira e segunda votações na Câmara Federal.

O documento da Pública contestava, ainda, a abertura de novo prazo para parcelamento de débitos previdenciários municipais, comprometendo os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O Sindilex participou dessa luta. Parabéns Pública! Parabéns servidores!

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



CMSP: Escola do Parlamento abre inscrições para curso de Introdução à Filosofia Política

A partir do dia 4 de agosto, a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo promove o curso **“Introdução à Filosofia Política”**, um ciclo formativo com nove encontros dedicados à reflexão crítica e ao aprofundamento teórico sobre temas fundamentais da vida pública e da ação política.

Voltado a servidores públicos, estudantes de graduação e pós-graduação, lideranças sociais e demais interessados, o curso tem como objetivo oferecer instrumentos conceituais que contribuam para a análise do mundo contemporâneo, promovendo a qualificação cidadã, acadêmica e profissional dos participantes.

Os encontros serão realizados sempre às **segundas-feiras, das 19h às 21h**, com aula inaugural presencial no dia 4 de agosto, no Auditório Prestes Maia, localizado no 1º andar do Palácio Anchieta – sede do Legislativo paulistano. As demais aulas acontecerão na Sala Sergio Vieira de Mello, no 1º subsolo. Toda a programação contará com transmissão online ao vivo, e o encontro do dia 18 de agosto será realizado exclusivamente em formato virtual.

O corpo docente reúne nomes de destaque na área, entre eles: Gilberto Bercovici, Luiz Eduardo Motta, Camilo Onoda Caldas, Victor Barau, Camila Reimberg, Glauco Pereira dos Santos, Leonardo Godoy Drigo e Victor Ferreira.

[Inscreva-se clicando aqui](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCMSP: Mudanças Climáticas e o Papel dos Tribunais de Contas

SEMINÁRIO

Mudanças Climáticas e o Papel dos Tribunais de Contas

19 de agosto

9h às 17h

Transmissão  @TVTCMSP  @iea-usp

Realização



O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) promovem em parceria o seminário “Mudanças Climáticas e o Papel dos Tribunais de Contas”, que será realizado, em formato presencial e online, no dia 19 de agosto, a partir das 9h. O evento terá transmissão ao vivo pelos canais do YouTube do TCMSP e do IEA-USP.

O seminário tem como finalidade discutir as mudanças climáticas provocadas pelas intervenções humanas no meio ambiente e o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização de políticas públicas que levam em conta os impactos ambientais provocados pelas ações da Administração pública.

Diante dos desafios impostos pelas alterações do clima no planeta, a intenção das reflexões que serão feitas no evento é contribuir para a adequação das auditorias realizadas pelo TCMSP para que tenham um olhar que contemple questões ambientais e climáticas.

A programação contará com especialistas de destaque nacional e internacional, abordando temas como sustentabilidade, orçamento climático, riscos socioambientais e o papel dos Tribunais de Contas na governança ambiental e na accountability ambiental. Este evento integra as iniciativas alinhadas à agenda climática da cidade, contribuindo para a mobilização rumo à COP30.

Entre os palestrantes, estará o Dr. Carlos Nobre, um dos mais renomados climatologistas do país e um dos cientistas brasileiros mais conhecidos mundialmente. Ele é graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e possui doutorado em Meteorologia pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology). Sua palestra abordará as emergências climáticas como um dos maiores desafios da humanidade.

No período da tarde serão discutidos estudos de caso com base em auditorias realizadas pelo TCMSP e pela Prefeitura de São Paulo, oferecendo uma oportunidade prática de reflexão e encaminhamentos sobre a atuação institucional frente à crise climática.

As inscrições já estão abertas!

As vagas são limitadas e os participantes presenciais receberão certificado expedido pelo IEA-USP. Este evento integra as iniciativas alinhadas à agenda climática da cidade, contribuindo para a mobilização rumo à COP30.

[Veja a programação e se inscreva clicando aqui](#)

Para além do IOF, mercado financeiro produz déficit e quer instalar a barbárie no Brasil



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

O mercado financeiro ainda quer que as pessoas trabalhem até morrer e não se aposentem, ao propor que seria necessária “uma nova reforma da Previdência para alongar o tempo de contribuição do trabalhador”

Por Maria Lucia Fattorelli

O editorial do Correio Braziliense de 2 de julho de 2025 cita a celeuma criada em torno da elevação do IOF por decreto presidencial, que foi derrubado pelo Congresso Nacional e agora se encontra em disputa judicial junto ao Supremo Tribunal Federal.

O governo federal busca auferir receita tributária adicional com arrecadação do IOF para atingir a meta estabelecida pelo arcabouço fiscal e garantir a destinação de mais recursos para o pagamento dos escorchantes juros do Sistema da Dívida.

Do outro lado, além da pirraça do Congresso Nacional contra a liberação apenas parcial, por parte do governo federal, da bilionária verba destinada às emendas individuais do chamado orçamento secreto, está o grande interesse do mercado financeiro, tendo em vista que a elevação do IOF atinge em cheio as movimentações do setor com o exterior.

No meio desse jogo, o referido editorial traz as propostas do mercado financeiro: “Entre as medidas alternativas propostas pelo mercado financeiro, estão definir um salário-mínimo sem aumento real, apenas com correção monetária pela inflação, desassociar os reajustes dos benefícios fiscais (como o seguro desemprego) do mínimo; e limitar no máximo a 2,5% acima da inflação os investimentos em saúde e educação, independentemente da receita líquida de impostos; e elaboração de uma nova reforma da Previdência para alongar o tempo de contribuição do trabalhador.”

O mercado financeiro tem obtido no Brasil lucros exorbitantes, tendo em vista que acumula uma série de benesses:

- As taxas de juros de mercado cobradas no Brasil são as mais elevadas do planeta. O que os bancos cobram de juros por mês no Brasil chega a ser superior ao que se cobra por ano em outros países.
- As tarifas cobradas por bancos no Brasil são elevadíssimas e têm sido aumentadas de forma descontrolada.
- Bancos recebem a Bolsa-Banqueiro diariamente, ganhando remuneração com base na Selic ou até mais, sobre dinheiro que sequer pertence a eles, mas à sociedade, pois se trata de dinheiro referente a depósitos à vista, poupança e aplicações financeiras de pessoas, empresas e órgãos públicos (depois de já reservada a parcela do depósito compulsório, parcela que não pode ser objeto de empréstimo ao público). Os bancos depositam esses recursos da sociedade no Banco Central e recebem juros diários, o que configura uma injustificável transferência de recursos públicos para os bancos que atuam no Brasil, tendo em vista que o gasto estéril com a remuneração aos bancos sobre um dinheiro que sequer pertence a eles, custou aos cofres públicos a quantia de R\$ 222,7 bilhões em 2023 e R\$ 225 bilhões em 2024, montantes muito superiores ao destinado nos mesmos anos a áreas fundamentais para a sociedade, como Saúde ou Educação.

- Bancos usufruem de uma série de benesses tributárias, em especial a dedução de juros sobre o capital próprio, ou seja, calculam os juros que incidiriam sobre o próprio capital e deduzem esses juros como se fosse uma despesa incorrida, reduzindo o lucro sujeito à tributação. Adicionalmente, fazem uma série de deduções para calcular as contribuições sociais devidas.
- Bancos distribuem seus lucros bilionários aos sócios sob a forma de dividendos e esses ricos banqueiros são isentos de tributação! Dessa forma, enquanto um trabalhador ou trabalhadora que recebe salário acima de R\$ 2.428,80 ao mês fica sujeito ao pagamento de imposto de renda, o banqueiro que chega a receber centenas de milhões de reais ou até bilhões fica isento desse imposto!

Justamente esse setor financeiro, que goza de todas essas benesses, e que tem sido o grande responsável pelo déficit nominal histórico apurado no Brasil, vem pregar a necessidade de adotar medidas como o congelamento do salário-mínimo e benefícios sociais a ele atrelados, em um país em que mais de 90% da população, segundo dados do IBGE referentes a 2023, tinha renda de até R\$2.897,00, ou seja, pouco acima de 2 salários-mínimos, que na época somariam R\$ 2.640,00.

Ademais, segundo dados de 2022, 31,6% da população se encontrava em situação de pobreza (renda de até R\$ 637,00 por mês), e 5,9% em condição ainda mais grave, de extrema pobreza (renda de até R\$ 200,00 por mês).

Esses dados indicam que a imensa maioria da população brasileira já vive em uma situação de pobreza e até miséria, impossibilitada de sustentar minimamente as suas necessidades. As medidas propostas pelo mercado financeiro, de congelar o salário-mínimo e os benefícios a ele atrelados, e limitar investimentos em saúde e educação, irão prejudicar ainda mais essas pessoas e aprofundar a infame desigualdade social existente no país.

A proposta de “limitar no máximo a 2,5% acima da inflação os investimentos em saúde e educação, independentemente da receita líquida de impostos” é uma afronta à Constituição Federal, que estabelece pisos mínimos de destinação orçamentária para as áreas da Saúde (art. 198) e Educação (art. 212), e atinge áreas vitais para a garantia mínima de direitos sociais em nosso país.

Por fim, o mercado financeiro ainda quer que as pessoas trabalhem até morrer e não usufruam de uma aposentadoria, ao propor que seria necessária “uma nova reforma da Previdência para alongar o tempo de contribuição do trabalhador”.

O problema das contas públicas no Brasil não está em nenhum dos pontos indicados pelo mercado financeiro e pela mídia hegemônica (salário-mínimo, Previdência, Saúde ou Educação), pelo contrário: o rombo está no gasto com os juros incidentes sobre uma chamada dívida pública, que sequer tem contrapartida em investimentos de interesse social (como já confirmado inclusive pelo Tribunal de Contas da União).

Resumindo, o abastado mercado financeiro tem sido o responsável pelo déficit nominal histórico das contas públicas, em decorrência de um gasto estéril e injustificado com o Sistema da Dívida, sem contrapartida alguma em benefício ao país, mas quer sacrificar ainda mais o empobrecido povo brasileiro, congelando o já baixíssimo salário-mínimo vigente no país e cortando ainda mais o pouco que se destina aos direitos sociais! Isso nos levará à barbárie!

Maria Lucia Fattorelli é coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB (CBJP). Escreve mensalmente para o *Extra Classe*.

Fonte: ACD

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

PROFESSOR **CARLOS**
GIANNAZI
o deputado da educação



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Alesp
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR DA DÍVIDA PÚBLICA



14/08

QUINTA-FEIRA



18h



ALESP

PLENÁRIO Tiradentes

Av. Pedro Álvares Cabral, 201



PRESENÇA CONFIRMADA

Maria Lucia Fattorelli
Coordenadora Nacional da
Auditoria Cidadã da Dívida

Transmissão ao vivo pelo canal:

 /carlosgiannazi

[Clique aqui para assistir ao vivo](#)

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: FreePik



Da humilhação na política externa

A humilhação é radical e devastadora — ela toca o mais íntimo das pessoas e dos povos

por José Sócrates para o ICL

A humilhação está por todo o lado. Nas televisões, nos jornais, nas redes sociais. Especialmente nestas, das quais não sabemos ainda como podemos nos defender. A nova violência institucional é a humilhação, como podemos ver sempre que uma informação sobre um processo judicial salta para os jornais sem que o visado tenha a mínima possibilidade de se defender.

A nova moda da sociedade da humilhação é a do insulto gratuito e da acusação não provada. E, no entanto, mesmo nos momentos de maior convulsão social, o exercício diplomático sempre pareceu apartado desta doença fútil da humilhação. Até Trump ganhar as eleições. A partir daí a humilhação parece fazer parte das ferramentas da política externa norte-americana.

A humilhação é uma terrível fonte de violência humana. O seu irmão gêmeo é o ressentimento que cresce em silêncio, que se alimenta secretamente de amargura e de sofrimento mental. Quando explode ouve-se longe. O tratado de Versailles de 1918 gerou a humilhação alemã, depois o ressentimento alemão e finalmente a violência alemã. A humilhação palestina parece um problema insolúvel para o mundo e principalmente para a segurança israelita. Em 1947 havia palestinos na Palestina, agora há palestinos na Palestina, amanhã haverá palestinos na Palestina. A miserável matança de Gaza é uma humilhação para os palestinos — que o Ocidente pagará caro no futuro.

O tarifaço americano para o Brasil é também uma técnica de humilhação. Nenhum interesse comercial, nenhuma razão econômica, só a vontade de exibir o poder. Um poder que não quer atingir o corpo, mas que se dirige à face do oponente. Querer alterar uma decisão judicial através de ameaças de tarifas é um gesto desprezível que exige a rendição da soberania de um à soberania do outro.

Por outro lado, as tarifas impostas à União Europeia são outra forma de humilhação negocial: o ocidente abandona a ideologia do comércio livre e passa a resolver administrativamente os déficits comerciais entre si. Aquela imagem da pobre da presidente da Comissão apertando a mão do presidente americano e aceitando o acordo dos 15% de tarifas é uma vergonha para a Europa. Nada disto é justo e nada disto é razoável. Mas este acordo diz tudo sobre a Europa dos dias de hoje: a submissão voluntária aos caprichos imperiais. Ninguém já nos leva a sério — nem os próprios americanos que detestam espíritos servís.

Mas é preciso dizer uma coisa sobre a humilhação: não há humilhação sem humilhados e só há humilhados quando estes se calam. A intenção da humilhação, a sua vitória, o seu verdadeiro sucesso é obter o silêncio conformado do outro. Um leve pendor da face para baixo é necessário — só então, na mudez, veremos o humilhado.

O presidente norte-americano humilhou a Europa, mas não humilhou o Brasil. A humilhação do tarifaço toca no reconhecimento e na dignidade de um povo e o Brasil vai sair bem desta disputa. Trump e a oposição brasileira cometeram um erro de cálculo.

Seja como for, ganhe quem ganhar, deixem-me dizê-lo da forma mais enfática que consigo: a humilhação dos povos é uma promessa de caos e de destruição. A diplomacia e a política externa sempre foram escolas de boas maneiras porque sabem que nada é pior que a humilhação do adversário. Nas relações de força, a magnanimidade sempre foi a característica dos fortes e a mesquinhez atributo dos fracos. A humilhação é radical e devastadora — ela toca o mais íntimo das pessoas e dos povos. Não se ganha nada com ela, a não ser um inimigo para a vida. A história da humilhação na política externa nunca trouxe nada de bom ao mundo — só violência. Por agora estamos assim: a Europa aceitou a humilhação, o Brasil enfrentou-a. Nunca me senti tão próximo deste país como agora.

José Sócrates foi primeiro ministro de Portugal de 2005 a 2011. Escreve para o ICL.

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



TOTALPASS

**GUIDE DA SUA
SAÚDE MENTAL
COM TOTALPASS!**



Cuidado mental é
**tão importante quanto
cuidar da saúde física**

Com nossos parceiros de
Total Mind (Psicologia Viva
e Zen App), é possível cuidar
de si de maneira completa.



- Mais de 5.000 profissionais para sessões de psicologia on-line.
- Escolha a abordagem terapêutica de sua preferência.



- Mais de 400 áudios de meditação.
- Podcasts, músicas relaxantes e programas informativos, além de exercícios de pilates e yoga.

Comece agora mesmo e lembre-se: **estamos aqui para contribuir de maneira integral com o seu autocuidado.**

#VAMOSTOTALIZAR



[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)

MASSOTERAPIA



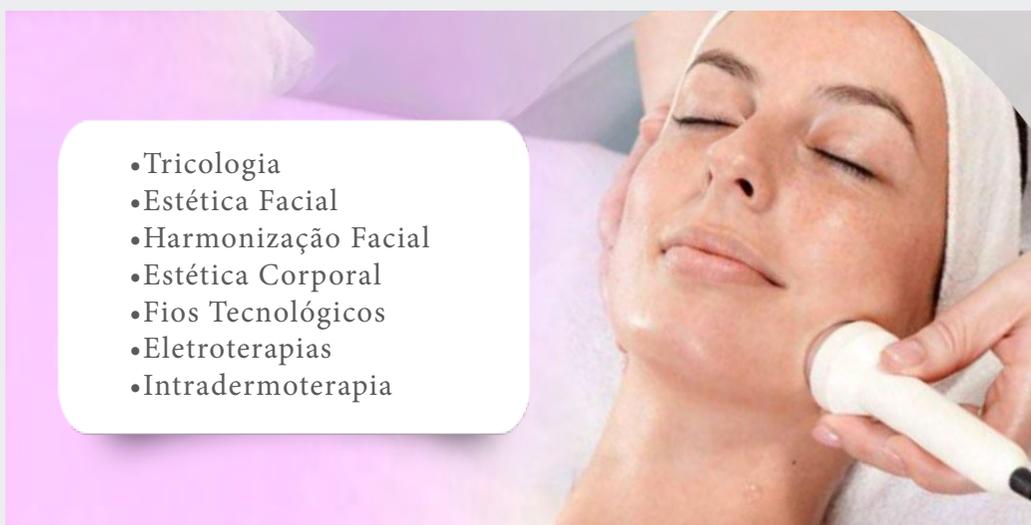
Melhores benefícios da *Drenagem Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

ESTÉTICA AVANÇADA

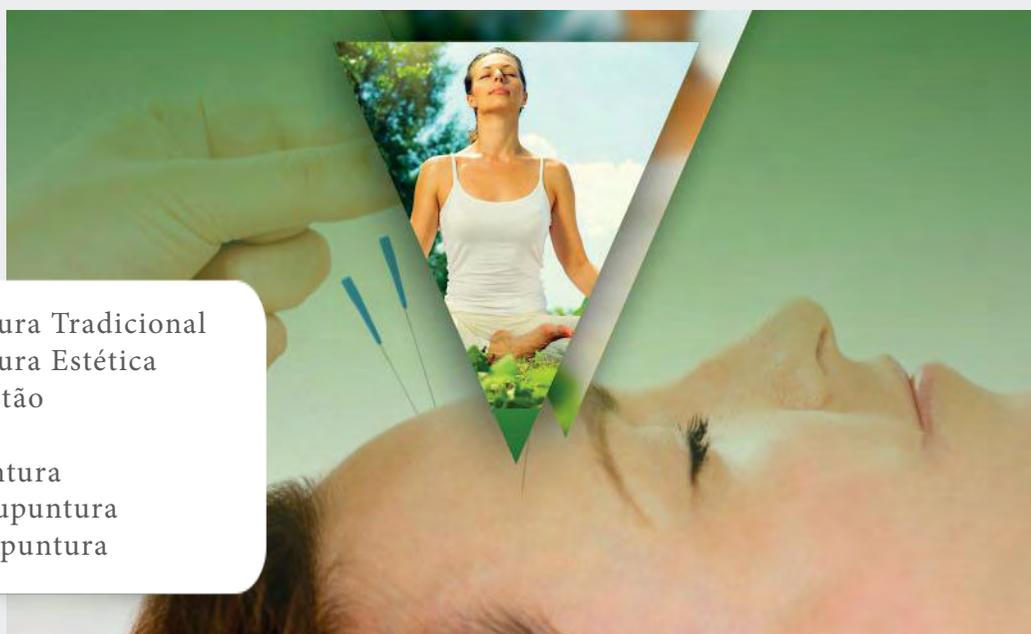
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ATENDIMENTO JURÍDICO



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação



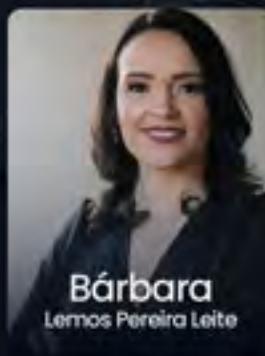
Corpo Jurídico



Graduado em Direito pela Faculdade de Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará - UECE

Especialista em Direito Tributário



Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito Processual Civil e Direito e Processo do Trabalho

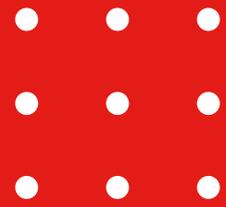
Especialista em Direito Bancário



Graduada em Direito pelo Centro Universitário ICESP - UNICESP

Especialista em Direito Imobiliário e Família e Sucessões

AÇÕES JUDICIAIS



ATENÇÃO: AÇÕES DO PASEP

Em dezembro de 2024, o STJ suspendeu todos os processos judiciais relacionados ao PASEP, até o julgamento do tema 1.300 do STJ. O referido tema analisa quem deve comprovar a regularidade dos saques das contas individualizadas do PASEP, ou seja, trata do ônus prova.

O escritório Innocenti Advogados, por cautela, decidiu **por suspender o ajuizamento das demandas individuais até o julgamento.**

As notas técnicas para cada interessado, com a identificação de possível irregularidade nos extratos da conta do PASEP e orientações necessárias, voltarão a ser encaminhadas em julho de 2025. Em caso de dúvidas, estamos à disposição www.innocenti.com.br

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais